

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3299/2024-PGJ, DE 24.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Pedro Gomes em 27.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3253/2024-PGJ, DE 20.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0003509-80.2015.8.12.0008, em 28.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2886/2024-PGJ, DE 17.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 2707/2024-PGJ, de 3.6.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado de Promotores de Justiça referente a junho de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
17 (19h01min) a 24.6.2024 (11h59min)	2ª PJ de Aparecida de Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
24.6 (19h01min) a 1º.7.2024 (11h59min)	PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379

- passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
17 (19h01min) a 24.6.2024 (11h59min)	PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
24.6 (19h01min) a 1º.7.2024 (11h59min)	2ª PJ de Aparecida de Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3290/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo a função de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Legislativa de 24.6 a 12.7.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto; e tornar sem efeito a Portaria nº 3033/2024-PGJ, de 18.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3257/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti 1 (um) dia de folga compensatória em 22.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3256/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 5 (cinco) dias de folga compensatória de 12 a 16.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3254/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 5 (cinco) dias de folga compensatória de 1º a 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3269/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1682/2024-PGJ, de 16.4.2024, que concedeu à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 1 (um) dia de folga compensatória, que seria usufruído em 17.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3262/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 2 (dois) dias de folga compensatória em 20 e 21.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 2017/2018 e 2018/2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3263/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos de 24 a 28.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3266/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3252/2024-PGJ, DE 20.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro 3 (três) dias de folga compensatória de 14 a 16.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-711/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Reynaldo Hilst Mattar, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.7.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	30.7 a 8.8.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	10	25.9 a 4.10.2024	GOZO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-712/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Aroldo Jose de Lima, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.8.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-713/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréa de Souza Resende, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	12	7 a 18.10.2024	GOZO	SIM

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-714/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonca Castro, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	30	15.7 a 13.8.2024	GOZO	SIM

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-715/2024 - PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27 a 29.5.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-716/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Mariana Sleiman Gomes, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	6 a 15.6.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-717/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.10.2024	GOZO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-718/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.11.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-722/2024 - PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupe 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 19.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3295/2024-PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores João Paulo Duarte e Kelvin Alexandre Garcia, ocupantes do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e na Promotoria de Justiça de Eldorado, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliarem no trâmite dos inquéritos policiais em andamento na Promotoria de Justiça de Sete Quedas, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 21.6.2024, por 30 (trinta) dias.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3296/2024-PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Érika Maranhão de Castro, Assessora Jurídica, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções compor a Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material, CCDM, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 2358/2024-PGJ, de 14.5.2024, passando a referida comissão a ter a seguinte composição: Anderson Pinheiro Mariano, Andreia Daiane Vargas, Anelise Arakaki Ostrowsky, Denise Puccinelli Munhoz, Érika Maranhão de Castro, Jose Claudio Vieira Neto, Jose Luiz Alvarenga de Oliveira, Paulo Henrique Gonçalves Rezende e Paulo Roberto Martins Cavallari.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3310/2024-PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Isabela Pinto Saldanha para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na Secretaria de Obras e Engenharia, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3311/2024-PGJ, DE 24.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Amanda Beatriz Carvalho de Souza para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na Promotoria de Justiça de Iguatemi.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° e-745/2024/PGJ, DE 24.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Thuliana Alves da Silveira, ocupante do cargo de Assessor Revisor, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença-luto, no período de 17 a 23.6.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 2 DE JULHO DE 2024, ÀS 14 HORAS PRESENCIAL OU POR VIDEOCONFERÊNCIA.**

**7. Processos das Comissões:****7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003848-7**

Assunto: Analisar a viabilidade de encaminhamento de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de promover alterações na Lei Complementar nº 72/1994.

**Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.**

**7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00006041-2**

Assunto: Alteração da Resolução nº 35/2022-PGJ.

**Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.**

**8. Assuntos Institucionais:**

**8.1. Referendar** a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Romão Avila Milhan Junior (PGAs nº 09.2024.00005267-8, nº 09.2024.00005363-3, nº 09.2024.00005364-4 e nº 09.2024.00006251-0).

**8.2. Referendar a Portaria a seguir:**

**1. Portaria nº 2751/2024-PGJ**, de 5.6.2024, que concedeu ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, de 1º a 10.7.2024, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos do art. 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016.

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 026/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000639-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Instituto do Meio Ambiente de Dourados - IMAM - Requeridos: Município de Dourados e Sueli Rocha - Assunto: Apurar os critérios adotados pelo Município de Dourados para expedição de autorização para corte de árvores.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000810-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Queiroz e Sousa Alimentos Ltda, Supermercado Central e Uilson Aparecido Ulian & CIA - Assunto: Apurar se os estabelecimentos dos Supermercados Central, Ulian Prático e Ulian Centro, desta cidade, estão em conformidade com as normas gerais e aos critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 10.098/2000).
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002637-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório e na contratação, pelo Município de Porto Murtinho, da empresa Gandra & Cruz Ltda.-EPP, em que figura como sócia Vívian Barbosa da Cruz, ex-servidora desta municipalidade. – **Advogada: Sandra Valéria Mazucato Grubert – OAB/MS nº 10.161.**
- 4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000217-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul -



Requeridos: Itamar dos Santos Mazina e Jose Aparecido de Oliveira - Assunto: Apurar suposta extração irregular de cascalho, realizada na Fazenda Lomba - PARTE 2, localizada na em Bonito/MS, nas áreas correspondentes às coordenadas 21-K 0554359 UTM 7660194 e latitude 21°09; 35 " 648 e Longitude 56°28; 40"908. **5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001014-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado – **SIGILOSO**. **6) Inquérito Civil nº 06.2020.00000167-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente a comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: 2º GPMA/1ºPEL/3ªCIA/CPE/São Gabriel do Oeste - Requerido: Katia Christina de Lima Paulo, Lucio Luiz Casanova - Assunto: Apurar desmatamento de 11,95 hectares de vegetação nativa em área de Savana e Floresta Estacional Semi-decidual Submontana, na Fazenda 2L, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 197/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000423-7** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no procedimento licitatório 172/2019 (carona 02/2019) manejado pela Prefeitura de Três Lagoas para serviços de apoio e análise técnica para estruturação e elaboração de projetos de gestão públicas. **8) Inquérito Civil nº 06.2020.00000653-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Marilda Moraes Garcia Bruno e Renato Sergio Bruno - Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente do desmatamento de 5,54 hectares de vegetação nativa, fora da área licenciada - AA nº 1111/2018, na propriedade denominada Fazenda Descalvado Gleba 01 em Caracol/MS. **9) Inquérito Civil nº 06.2020.00000787-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Sergio Ferreira Pires - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente e causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem danos a saúde humana. **10) Inquérito Civil nº 06.2020.00000980-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: 2º GPMA/1ºPEL/3ªCIA/CPE/São Gabriel do Oeste - Requeridos: Delicia Ferreira de Carvalho e Manoel de Carvalho - Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 9,15 hectares de vegetação nativa, no período entre 30/03/2016 e 23/06/2017, sem a devida Autorização Ambiental para Supressão Vegetal na Fazenda Córrego Fundo, localizada em Camapuã, de propriedade de Delicia Ferreira de Carvalho e Manoel de Carvalho, conforme o Parecer n.º 613/19/Nugeo, Programa DNA Ambiental (2016-2017). **11) Inquérito Civil nº 06.2020.00001072-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Luiz Felipe Faraco Deliberador, Perucca e Pugesi Administração de Bens Próprios Ltda - Assunto: Apurar a regularidade jurídico- ambiental da supressão de 25 hectares em área de Reserva Legal e a supressão de 9,01 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, totalizando 34,01 hectares, na Fazenda São Francisco I e II, em Ribas do Rio Pardo/ MS, sem autorização da autoridade competente, conforme Parecer n. 0250/22/NUGEO. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000073-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Abel Gimenez Neto e Dalva Nogueira Gimenez - Assunto: Apurar desmatamento de 22,54ha hectares em área de vegetação nativa, além dos 3,18ha que foram desmatados e não constam no parecer, na Fazenda Porto Belo, em Ribas do Rio Pardo, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 293/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000078-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Buranelo - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 41,82 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 01/02/2016 e 21/04/2016, na Fazenda Jorema, de propriedade de Antônio Buranello, Figueirão/MS. – **Advogado: Cassiano Rodrigues Leal – OAB/MS nº 22.359**. **14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000110-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Edmundo Pereira da Silva, José Borges da Silva e Porfírio Araújo Rocha - Assunto: Apurar eventual ocorrência de supressão vegetal de 12,22 ha de vegetação nativa, em áreas declaradas como Área de Preservação Permanente, no período de 20/11/2019 e 14/03/2020, na Chácara São José - Gleba 1 de propriedade de Edmundo Pereira da Silva e Sítio Boa Vista, de propriedade de Porfírio Araújo Rocha – **Advogada: Ana Paula Silva de Souza – OAB/MS nº 11.007**. **15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000486-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Rocco Latronico - Assunto: Apurar a Falta de 72,12 ha para a composição da Reserva legal, a ausência de 2,23 ha de vegetação arborea densa nas áreas de Reserva Legal, dos 4,49 ha de Reserva Legal, 3,11 ha estão cadastrados como APP na Fazenda Rosa Brienza, em Angelica-MS, conforme Parecer n. 056/2020/CEIPPAM. **16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000977-0** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **28) Inquérito Civil nº 06.2021.00001193-1** - 1ª Promotoria de Justiça de Bonito - **SIGILOSO**. **17) Inquérito Civil nº 06.2021.00001294-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Santanice Agropecuária e Participações Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Cachoeira. **18) Inquérito Civil nº 06.2021.00001484-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ada Santochi Pereira da



Silva, Carolina de Matos Figueiredo de Andrade, Eduardo de Matos Figueiredo, Fernando Portolani de Andrade, Leonor Pereira de Matos Figueiredo, Lucas Santochi Pereira da Silva, Paulo Santochi Pereira da Silva e Pedro dos Santos Figueiredo Filho - Assunto: Apurar desmatamento de 2,04 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda União, em Jaraguari-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 249/21/NUGEO e 383/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00000149-2** - 1ª Promotoria de Justiça de Costa Rica – **SIGILOSO**. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000418-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Câmara de Cassilândia/MS - Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges - Assunto: Apurar a regularidade jurídica ambiental da supressão de 7,96 hectares em área de preservação permanente, na Fazenda WO I, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Relatório de Informações Complementares nº 010/2ºPEL6ªCIA BPMA/2022. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000478-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Jeferson Jorge Gomes - Assunto: Apurar e, no plano metaindividual, adotar providências com relação aos reiterados descumprimentos de obrigações assumidas JV GESSO, CNPJ 14.545.597/0001-64 lesando consumidores que contratam seus serviços. **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00000482-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro – **SIGILOSO**. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00000520-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alexandre Borges Turquino e Andrea Borges Turquino e Lucia dos Reis Barbero Turquino - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,12 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal integrante do Bioma Mata Atlântica, bem como a utilização irregular de 18,14 m³ de madeira nativa e a supressão de 0,07 hectares em área de preservação permanente, na Fazenda Nova Bonanza, em Eldorado/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infração n. 3701, n. 3703 e n. 3704, respectivamente. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00000637-6** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Prof. André Luis Soares da Fonseca - Vereador - REDE - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF) Dr. Mauro Rogério de Barros Wanderley, Bairro Iracy Coelho, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população. **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000928-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante - Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Requerido: Executivo Municipal de Rio Brillhante/MS - Assunto: Apurar a legalidade de contratação de escritório de advocacia pelo Executivo Municipal de Rio Brillhante/MS. – **Advogado: Ericomar Correia de Oliveira – OAB/MS nº 10.089**. **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00001050-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: PMA São Gabriel do Oeste-MS - Requerida: Agropecuária Prema Ltda e Crismapa Pastoril Ltda. - Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 25,59 ha vegetação nativa, ocorrido entre 19/12/2020 e 21/08/2021 na Fazenda Estância Douro I, II e III, de propriedade da empresa Agropecuária Prema Ltda, atualmente Crismapa Pastoril Ltda, conforme Laudo Técnico n.º 274/21/Nugeo. **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00001136-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Alves Correa - Assunto: Apurar supressão vegetal em APP para construção de Aquicultura-Tanque escavado/Alvenaria sem autorização da autoridade ambiental competente, além do canal de captação de água não possuir regularização ambiental, no Assentamento Canaã, Lote 20, em Rochedo, conforme Auto de Infração n. 010086/2022. **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00001425-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Jaime Basso - Assunto: Apurar irregularidade ambiental ocorrida na Fazenda Forquilha, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00001539-7** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **30) Inquérito Civil nº 06.2023.00000061-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: 3º GPM/1ºPel/5ªCia/BPMA/Batayporã-MS - Requerida: PG Logística Ltda. - Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental, supostamente praticado pela empresa P.G. Logística Ltda. em razão do derramamento de cerca de 25.000L (vinte e cinco mil litros) de etanol diretamente no solo da propriedade situada na Rodovia BR 376, km 133, nesta cidade e Comarca de Ivinhema. **31) Inquérito Civil nº 06.2023.00000125-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Bataguassu - Requerido: Carlos Molina - Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Andreana II, situada na BR-267, Km 135, nesta cidade, em decorrência da exploração vegetal por meio do uso do fogo (queimada) sem autorização legal. **32) Inquérito Civil nº 06.2023.00000341-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Irani Francisco da Silva Nogueira - Assunto: Apurar a supressão de 8,3948 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Estância Brasil, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 011396/2022. **33) Inquérito Civil nº 06.2023.00000479-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agropecuária Moraes Ribeiro LTDA - Assunto: Apurar



o desmatamento de 41,8782 hectares de vegetação nativa remanescente, na Fazenda Rio Negro, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de infração nº 011749/2022 e Laudo de Constatação nº 015109/2022. **34) Inquérito Civil nº 06.2023.00000536-0** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Vereador Professor André Luis Soares da Fonseca - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família USF Dr Edgar Pedro Raupp Sperb Arnaldo E. Figueiredo, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população. **35) Inquérito Civil nº 06.2023.00000661-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade da Inexigibilidade de Licitação nº 01/2023 da Câmara Municipal de Rio Brilhante/MS, a qual tem como objeto a contratação de escritório de advocacia, conforme publicado no Diário Oficial do Município de Rio Brilhante nº 2645, de 15 de fevereiro de 2023. **36) Inquérito Civil nº 06.2023.00000670-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Areeira Ceu Celeste e Urbanização EIRELI - Assunto: Apurar eventuais irregularidades da empresa Areeira Céu Celeste E Urbanização EIRELI. em razão da extração de pedra, areia e argila sem a devida licença ambiental. **37) Inquérito Civil nº 06.2023.00000697-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Salézio Motta - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no sítio Estrela da Manhã, Distrito Casa Verde, nesta cidade, em decorrência da supressão de vegetação nativa sem autorização legal. **38) Inquérito Civil nº 06.2023.00000751-3** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Banco Bradesco S/A - Assunto: Analisar e acompanhar a adaptação para acessibilidade da agência do Banco Bradesco S/A, em Inocência-MS. **39) Inquérito Civil nº 06.2023.00000956-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio da Silva - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 20,24 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Nova Encantada, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 161/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **40) Inquérito Civil nº 06.2023.00000982-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Fabio Vinharski Derzi - Assunto: Apurar a regularidade jurídica-ambiental da supressão vegetal de 30,201 hectares em área destinada ao corte de árvores nativas isoladas, bem como de 2,03 hectares de capões destinados ao corte de árvores nativas e de 1,053 hectares em área remanescente de vegetação nativa proposta para Reserva Legal, na Fazenda Dois de Ouros II, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração de n. 012197/2023 e Laudo de Constatação n. 015602/2023. **41) Inquérito Civil nº 06.2023.00001037-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: João Celso Pereira da Luz - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da queimada de 0,3 hectares ocorrido em 08/08/2023, portanto, em período em que se vedada tal conduta, conforme Portaria n.º 1.281/2023/IMASUL, na Propriedade rural denominada Chácara Nova Esperança, localizada neste Município de Ivinhema/MS. **42) Inquérito Civil nº 06.2023.00001040-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: 3º GPM/1º Pel/5ª Cia/BPMA/Batayporã-MS - Requerido: Jorge José de Jesus - Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de uma estrada particular (120x7m), bem como de 03 (três) drenos (um de 220m e dois de 120m) no interior da propriedade rural denominada "Sítio São Jorge", no município de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema, propriedade inserida na Unidade de Conservação "Área de proteção ambiental Ilhas e Várzeas do Rio Paraná", pelo Senhor Jorge José de Jesus, em desacordo com determinação legal. **43) Inquérito Civil nº 06.2023.00001045-1** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã MS - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na prestação de serviço socioassistencial de acolhimento institucional para pessoas adultas (Casa de Passagem) pelo Município de Ponta Porã. **44) Inquérito Civil nº 06.2023.00001093-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: 3º GPM/1º Pel/5ª Cia/BPMA/Batayporã-MS - Requerida: TPA Transportes Ponto de Apoio Ltda - Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental, supostamente praticado pela empresa TPA Transportes Ponto de Apoio Ltda. em razão do derramamento de cerca de 35.000L (trinta e cinco mil litros) de etanol diretamente no solo da propriedade situada na Rodovia BR 376, km 130, nesta cidade e Comarca de Ivinhema. **45) Inquérito Civil nº 06.2023.00001254-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar eventual violação do princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana diante da exigência de exame ginecológico preventivo feminino (colpocitologia oncológica e parasitária, ultrassonografia pélvica e das mamas e mamografia) como requisito à posse de candidatas aprovadas em concurso público do Município de Ponta Porã (Edital n. 001/2022). **46) Inquérito Civil nº 06.2023.00001382-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu - Requerente: ACOMASUL - Associação





dos Construtores de MS - Requerida: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - Assunto: Apurar eventual fraude em licitação. **47) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001415-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho – **SIGILOSO**. **48) Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000045-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência – **SIGILOSO**. **49) Inquérito Civil nº 06.2024.00000158-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - **SIGILOSO**. **50) Inquérito Civil nº 06.2024.00000331-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas - Requerida: Florecina Regina Marinho Franco - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,67 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Bárbara, em Três Lagoas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012130/2023 e Laudo de Constatação nº 015536/2023. **51) Inquérito Civil nº 06.2024.00000446-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Luis Felipe Mancino de Lima - Requerida: BS & F Participações Ltda - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 8,71 hectares de vegetação nativa na Fazenda Suyane, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 65/24/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **52) Inquérito Civil nº 06.2024.00000544-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: 3ª CIA/BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL/CPE - Requerido: Carmo Inácio Kern - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desvio do leito normal de um córrego localizado na Fazenda Nova Esperança, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme Auto de Infração nº 7049/IMASUL. **53) Inquérito Civil nº 06.2022.00000520-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: José Moacir Turquino – Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,12 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal integrante do Bioma Mata Atlântica, bem como a utilização irregular de 18,14 m³ de madeira nativa e a supressão de 0,07 hectares em área de preservação permanente, na Fazenda Nova Bonanza, em Eldorado/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infração n. 3701, n. 3703 e n. 3704, respectivamente.

Campo Grande, 24 de junho de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

#### AVISO Nº 027/2024/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência de **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

##### 1) Notícia de Fato nº 01.2023.00010260-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Recorrente: Associação Amigos da Natureza do Bolsão - ANB

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual situação de irregularidade envolvendo as Áreas de Preservação Ambiental de Paranaíba.

Campo Grande, 24 de junho de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



**Republicação. Publicado originalmente no DOMPMS nº 3.118, de 6 de maio de 2024, página 116.**

## **ANEXO III DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **MOVIMENTOS TAXONÔMICOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR**

- 1) Art. 17: pauta presencial - “920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial”;
- 2) Art. 18: pauta virtual - “920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual”;
- 3) Art. 31: decisão liminar - “920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000130-Decisão Liminar”;
- 4) Art. 58: retirada de pauta virtual pelo Relator - “920110-Voto|1000087-Relator|1000093-Defere Pauta Presencial”;
- 5) Art. 59, I: requerimento de julgamento presencial - “920110-Voto|1000088-Conselheiro |1000098-Pedido de Pauta Presencial”;
- 6) Art. 60, I: acompanhar voto do Relator - “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000094-Acompanhar o Relator”;
- 7) Art. 60, II: acompanhar o voto do Relator com ressalva de entendimento - “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000095-Acompanhar o Relator com Ressalva”;
- 8) Art. 60, III: manifestar o voto divergente - “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000096-Divergente do Relator”;
- 9) Art. 60, IV: acompanhar a divergência - “920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000097-Acompanhar Divergência”;
- 10) Art. 60, V: arguir suspeição:  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000131-Arguir Suspeição”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000132-Arguir Suspeição”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000107-Revisor|1000133-Arguir Suspeição”;
- 11) Art. 60, VI: arguir impedimento:  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000134-Arguir Impedimento”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000135-Arguir Impedimento”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000107-Revisor|1000136-Arguir Impedimento”;
- 12) Art. 60, VII: alterar voto proferido - “920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000137-Alterar Voto Proferido”;
- 13) Art. 60, VIII: aprovar acordo de não persecução cível:  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000139-Aprovar Acordo de Não Persecução Cível”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000088-Conselheiro|1000140-Aprovar Acordo de Não Persecução Cível”;
- 14) Art. 62: alteração do voto - “920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000138-Alteração do Voto”;
- 15) Art. 218, § 3º: prorrogação de prazo de procedimento preparatório e inquérito civil:  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual|1000141-Prorrogação de prazo deferida”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual|1000142-Prorrogação de prazo indeferida”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual|1000143-Prorrogação deferida com redução de prazo”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000089-Pauta Virtual|1000144-Prorrogação indeferida com requisição dos autos”;  
“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial|1000145-Prorrogação de prazo



deferida”;

“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial|1000146-Prorrogação de prazo indeferida”;

“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial|1000147-Prorrogação deferida com redução de prazo”;

“920282-ATOS COMUNS|920110-Voto|1000087-Relator|1000090-Pauta Presencial|1000148-Prorrogação indeferida com requisição dos autos”;

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 02/2024.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2276/2024-PGJ, de 10.05.2022, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2024, referente aos materiais encaminhados a Comissão da Assessoria de Revisão, conforme os termos da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Eliminação de Documentos, até o dia 01.07.2024

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande/MS, 24.06.2024

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2024

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		JUSTIFICATIVA E OBSERVAÇÕES: Conforme disposto na Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19.04.2022, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos Nº 01/2024	
Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público de MS			
PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento) Secretaria Geral			
DESCRIÇÃO DOCUMENTOS		ANO INICIAL	ANO FINAL
Cópia de Portarias revisadas para publicação.		2018	2019
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000694-0

Notificada: Rednov Ferramentas Ltda

REDNOV FERRAMENTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 45.769.285/0001-68, sediada na Rua Berta Mette, nº 149, no Bairro Itoupavazinha, CEP: 89.066-530, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por Lenilso Luís da Silva, portador do RG e CPF nº 049.xxx.xxx-89 expedido pelo SESP/SC, fica notificada da aplicação da penalidade de sanção de multa moratória no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor dos materiais não entregues no prazo devido, com fulcro no item 9.1.2 da Cláusula Nona da ARP nº 008/PGJ/2023. O montante perfaz na quantia de R\$ 479,85 (quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). A empresa deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, oferecer recurso devidamente instruído de documentação hábil, que comprove suas alegações. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****BONITO****PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2024.00000466-4****RECOMENDAÇÃO 0002/2024/01PJ/BTO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO ser Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO segundo Hugo Nigro Mazzilli, que o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO, nos termos da doutrina jurídica nacional, que a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob*

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.





*pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;*

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO, ressalvados os casos especificados na própria Constituição, que “*a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração*”; (art. 37, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a destinação vinculada dos cargos comissionados, segundo previsão constitucional, os quais “*destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento*.” (art. 37, V, da Constituição Federal), de modo a não serem próprios de atividades técnico-administrativas para as quais o quesito confiança não componha o núcleo da função;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório n. 06.2024.00000466-4, na 1.ª Promotoria de Justiça de Bonito/MS, que tem como objeto “*apurar violação às normas constitucionais, ante a ausência de servidores efetivos ocupando cargos comissionados na Câmara Municipal de Bonito/MS, em franca desproporcionalidade ao número total de cargos existentes*;

CONSIDERANDO que os documentos encartados ao Procedimento Preparatório em comento demonstram a manutenção pela Câmara Municipal de Bonito a título comissionado, da quase totalidade de seus servidores, sendo severamente diminuto o número de seus servidores efetivos, destacando-se:

BONITO – MARÇO/2024 – Poder Legislativo		
SERVIDORES	QUANTIDADE	PERCENTUAL SOBRE O TOTAL
CARGO COMISSIONADO	33	82,50%
CARGO ESTATUTÁRIO	7	17,50%
TOTAL	40	100%

CONSIDERANDO a ausência de realização, pela Câmara Municipal de Bonito, de concurso público para nomeação de cargos há muitos anos, bem como que isso contribui para o desfalque de agentes que dá azo às nomeações precárias e irregulares atualmente verificadas;

CONSIDERANDO que restou demonstrada, no bojo da instrução do presente Procedimento Preparatório, a farta ocorrência de agentes ocupantes de cargos comissionados, em franca desproporção ao número de servidores efetivos, alguns dos quais inclusive executando atividades-meio de natureza permanente que não correspondem ao critério estabelecido na Constituição Federal relativamente às atividades de direção, chefia e assessoramento (art. 37, inciso V), conforme o teor:

Art. 37. (...) V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

CONSIDERANDO que o legislador constituinte não fixou expressamente o percentual a ser observado para o preenchimento de cargos comissionados, conferindo ao Poder Legislativo ordinário a tarefa de tal delimitação, não podendo esse percentual ser igual ou similar a zero;

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



CONSIDERANDO o voto do Ministério Ricardo Lewandowski, no julgamento da ADI 5.559, o qual levantou a necessidade de fixação de percentuais mínimos de cargos comissionados a serem destinados a servidores efetivos, nos termos seguintes:

“Como se vê, o dispositivo constitucional acima transcrito “tratou de forma distinta as funções de confiança e os cargos de confiança: aqueles só podem ser exercidas por ocupantes de cargo efetivo; e os cargos de confiança podem ser exercidos por pessoas 'extraquadros', respeitados apenas os percentuais mínimos previstos em lei destinados obrigatoriamente a servidores efetivos.”

A Constituição Federal, portanto, remeteu à lei a fixação do percentual mínimo de cargos em comissão a serem ocupados por servidores de carreira, de modo que “a norma inscrita no artigo 37, V, da Carta da República é de eficácia contida, pendente de regulamentação por lei ordinária.” (RMS 24.284/DF, Rel. Min. Mauricio Corrêa)”

CONSIDERANDO o deliberado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 44, na qual o Supremo Tribunal Federal concluiu pela ausência de omissão legislativa ou inércia do legislador ordinário para edição de lei que disciplina o inciso V, art. 37, da Constituição Federal, destacando que “*a norma possui eficácia contida, cabendo a cada ente federado definir as condições e percentuais mínimos para o preenchimento dos cargos em comissão, de acordo com suas necessidades burocráticas*”<sup>3</sup>, tendo tal natureza de norma ampla aplicabilidade, executoriedade e eficácia imediata, até que ulterior regra de caráter infraconstitucional ou da própria Carta Republicana a regule ou restrinja, conforme remansosa doutrina constitucional<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO, nos termos de Bernardo Gonçalves Ferreira Filho, em enfoque à sua aplicabilidade, as normas de eficácia contida “*nascem com eficácia plena, reúnem todos os elementos necessários para a produção de todos os efeitos jurídicos imediatos*”,<sup>5</sup> embora possam ter seu campo de alcance restringível pelo legislador ordinário, sem contudo que tenha o legislador o poder de esvaziar a eficácia da norma regulamentada em termos absolutos;

CONSIDERANDO no julgamento do RE 1428161, o Supremo Tribunal Federal considerou incompatível com ordenamento jurídico, por violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, Lei que aumentou para 125% o número de cargos comissionados nos gabinetes dos deputados, e, ainda, que deixou de reservar percentual para os servidores ocupantes de cargos efetivos, exatamente pelo esvaziamento de eficácia de modo absoluto da norma constitucional regulamentada, na medida em que impõe em seu núcleo a reserva de algum percentual de cargos comissionados para ocupantes de cargos efetivos de modo irrevogável pelo legislador ordinário;

CONSIDERANDO que a tarefa regulamentar do legislador ordinário não se confunde com a competência para esvaziar de modo absoluto a eficácia de normas constitucionais sob pena de transmutar-se em verdadeira atividade de revogação de normas constitucionais, em flagrante desvio de finalidade legislativa;

CONSIDERANDO diante das diversas divergências acerca dos requisitos constitucionais para criação de cargos em comissão, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 10441210, Tema 1010, fixou os requisitos a serem observados pelo legislador ordinário:

- a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) tais funções devem pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam a suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal n. 137/2018, com alterações promovidas pelas LCs n. 147/2019 e 168/2023, a qual dispõe acerca da Estrutura do Poder Legislativo de Bonito/MS, não dispõe sobre o percentual mínimo de cargos comissionados a serem destinados para servidores efetivos, de modo, *a priori*, a não observar o requisito previsto no item “c” supra acerca da proporcionalidade desses cargos de vínculo precário com o número de servidores ocupantes de cargo efetivo;

<sup>3</sup> Vide: <https://www.migalhas.com.br/quentes/384524/stf-julga-percentual-minimo-de-servidores-para-cargos-em-comissao>

<sup>4</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional Salvador-Bahia: Ed Jus Podivm, 2021, p.116.

<sup>5</sup> op cit



CONSIDERANDO que na Câmara Municipal de Bonito não há servidores efetivos ocupando cargos comissionados, resultando que todos (100%) os cargos comissionados estejam sendo exercidos por pessoas “extraquadros”;

CONSIDERANDO que após análise da Lei Complementar Municipal que disciplina sobre a estrutura do Poder Executivo local foi possível extrair os seguintes fatos:

1. A Lei Municipal não prevê percentual mínimo de cargo em comissão a ser ocupado por servidor efetivo;
2. A Lei Municipal prevê todos os cargos em comissão ocupados, bem como discrimina as atribuições de cada cargo;
3. Conforme informação extraída do Portal da Transparência, todos os servidores que ocupam cargo em comissão na Câmara Municipal não pertencem ao quadro de funcionários efetivos;
4. Dos servidores ativos, os ocupantes de cargos comissionados representam 82,50%, da totalidade de funcionários que compõe o quadro da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO, ainda, ter o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da do RE 719.870, Tema 660 da Repercussão Geral, deliberado que para análise das leis criadoras de cargos em comissão, mostra-se necessário analisar a descrição das atribuições dos cargos, possibilitando, assim, conferir-se a obediência aos critérios de atribuições típicas, como de direção, chefia e assessoramento;

CONSIDERANDO o julgamento do Supremo Tribunal Federal, na ADI 4814 PR, Relator Ministro Marco Aurélio, divulgado e publicado em 28/02/2023, replicando diversos precedentes da Corte Superior, no qual se enfatizou o fato de “*tratando-se do desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais, é vedada a designação para cargos em comissão*”;

CONSIDERANDO também, fato levantado no julgamento mencionado no tópico anterior, “*A exigência constitucional do concurso público não pode ser contornada pela criação arbitrária de cargos em comissão para o exercício de funções que não pressuponham o vínculo de confiança, o qual explica o regime de livre nomeação e exoneração que os caracteriza*”;

CONSIDERANDO, após análise pormenorizada dos cargos em comissão e suas atribuições, previstos na Lei Complementar Municipal n. 137/2018, com alterações promovidas pelas LCs n. 147/2019 e 168/2023, ter sido constatada a inobservância dos requisitos constitucionais de cargos nela disciplinados;

CONSIDERANDO o cargo de SECRETÁRIA LEGISLATIVA, símbolo AELI (Assistência Executiva e Legislativa – art. 3º, LC 137/2018), o qual, embora não esteja classificado como cargo de *direção e assessoramento*, conforme lista disponível no Portal da Transparência, alberga servidora contratada com vínculo de *cargo em comissão*;

CONSIDERANDO as atribuições previstas para o cargo de SECRETÁRIA LEGISLATIVA, conforme ANEXO da LC n. 137/2018, caracterizadas como tarefas eminentemente administrativas, destacando-se algumas das quais: *redigir textos, documentos, ofícios e outros expediente, analisar e corrigir documentos elaborados internamente, verificar a redação de documentos em geral e dar suporte nas respectivas questões a diretoria da Câmara Municipal; colher assinaturas, preencher formulários, encaminhar documentos; elaborar atas de reuniões, audiências ...; agendar reuniões, confirmar presenças ...; digitar textos, elaborar planilhas, textos e controles internos ...; auxiliar ou realizar atividades administrativas ou burocráticas, etc;*

CONSIDERANDO o julgamento do Supremo Tribunal Federal, na ADI 6963/RO, que considerou o exercício de atribuições similares às previstas para o cargo de SECRETÁRIA LEGISLATIVA, como tarefas eminentemente administrativas, destacado-se trechos do acórdão:

Da mesma forma, à Secretária de Apoio incumbe “*prestar assistência e assessoramento aos chefes das unidades administrativas que estiver lotado*”, “*realizar o controle de materiais quando solicitado*” e “*receber e protocolar documentos*”, ao passo em que, à Secretária de Gabinete, “*prestar serviço de assessoramento a administrar os compromissos oficiais do parlamentar em agenda, receber e encaminhar correspondência, arquivar documentos, atender telefone e administrar a caixa postal eletrônica*”, “*realizar o controle do material de expediente*”,



*“recepcionar e encaminhar convidados e/ou servidores para reuniões relativos ao setor” e “realizar assessoramento para oferecer água e café, e limpeza”.*<sup>6</sup>

CONSIDERANDO o cargo de CONTROLADOR GERAL- LC- símbolo DAS-2 (Direção e Assessoramento Superior), previsto na LC 137/2018, com alteração promovida pela LC n.147/2019, e, criado pela Lei Municipal n. 116/2015;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 116/2015, com as alterações promovidas pela LC 166/2022, *que dispõe sobre a criação e implantação do Controle Interno do Poder Legislativo*;

CONSIDERANDO que o Controlador Geral, conforme art. 7º, da LC 116/2015, integra a Central de Controle Interno do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO embora seja denominado CONTROLADOR GERAL, as atribuições exercidas se confundem com as do cargo comumente denominado Controlador INTERNO;

CONSIDERANDO o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal acerca do cargo de CONTROLADOR GERAL, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.264.676 – SC, por meio do qual o egrégio tribunal confirmou acórdão proferido pelo tribunal estadual, acerca da inconstitucionalidade de Lei Municipal que previa como cargo comissionado o cargo de Diretor de Controle Interno e Controlador Interno, por tratar-se de cargo que desempenha funções de natureza técnica, não se mostrando inerente prévia relação de confiança entre a autoridade hierarquicamente superior e o servidor nomeado, conforme os seguintes termos:

Assim, considerando a natureza técnica do cargo de Controlador Interno criado pela Lei Complementar 22, de 3 de abril de 2017, do Município de Belmonte – SC, mostra-se inconstitucional sua investidura por meio de provimento em comissão ou função gratificada, sendo necessária, portanto, a observância da orientação prevista no art. 37, II, da Constituição República, segundo a qual “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei”.

CONSIDERADO assim, que independentemente da denominação/nomenclatura do cargo, as atribuições exercidas pelo CONTROLADOR GERAL, integrante da Central de Controle Interno do Poder Legislativo, conforme previsto no art. 10, Lei Municipal n. 116/2015, com as alterações promovidas pela LC 166/2022, são atribuições essencialmente técnicas e não refletem necessária prévia relação de confiança entre a autoridade hierarquicamente superior e o servidor nomeado (pelo contrario), destacando-se:

Art. 10. Compete ao Central de controle Interno do Poder Legislativo subsidiar a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Bonito na avaliação das atividades pertinentes:

I - apoiar as unidades executoras, vinculadas às secretarias e aos demais órgãos municipais, na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle;

II - verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, que será assinado, além das autoridades mencionadas no artigo 54 da LRF, pelo chefe do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal;

III - exercer o controle das operações de crédito, garantias, direito e haveres do município;

IV - verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a LRF;

V - verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os artigos 22 e 23 da LRF;

VI - verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

VII - verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e legais, em especial as contidas na LRF;

VIII - avaliar o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;



- IX - avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais;
- X - verificar a compatibilidade da Lei Orçamentária Anual - LOA com o PPA, a LDO e as normas da LRF;
- XI - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo;
- XII - realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais, que estejam sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, bem como sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;
- XIII - apurar os atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais, dando ciência a este Tribunal;
- XIV - verificar a legalidade e a adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93, referentes aos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados pelos órgãos e entidades municipais;
- XV - Definir o processamento e acompanhar a realização das Tomadas de Contas Especiais, nos termos de Resolução específica deste Tribunal;
- XVI - Apoiar os serviços de fiscalização externa, fornecendo, inclusive, os relatórios de auditoria interna produzidos;
- XVII - Organizar e definir o planejamento e os procedimentos para a realização de auditorias internas.

CONSIDERANDO, que *a priori*, não foram constatadas ilegalidades/inconstitucionalidades na previsão como cargos comissionados para as funções/atribuições de ASSESSOR DE IMPRENSA; ASSESSOR PARLAMENTAR; ASSESSOR LEGISLATIVO I; ASSESSOR LEGISLATIVO; DIRETOR GERAL; DIRETOR JURÍDICO; e DIRETOR FINANCEIRO;

CONSIDERANDO, desse modo, que as atribuições fixadas nos cargos comissionados: SECRETÁRIA LEGISLATIVA e CONTROLADOR GERAL, não se destinam a direção, chefia e assessoramento, possuindo flagrante caráter burocrático, técnico ou operacional, de modo que a previsão desses cargos para nomeação a título de cargo comissionado viola o disposto no art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal<sup>7</sup>;

CONSIDERANDO que, diante das atribuições fixadas aos cargos comissionados: SECRETÁRIA LEGISLATIVA e CONTROLADOR GERAL, ambos deveriam ser destinados a servidores efetivos, ou seja, contratados mediante aprovação em concurso público, em prestígio ao art. 37, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ainda, que foram constatadas outras irregularidades na Lei Complementar Municipal n. 137/2018, com alterações promovidas pelas LCs n. 147/2019 e 168/2023;

CONSIDERANDO, após análise acerca das dispões relativas ao cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, constatou-se que a Lei de regência, com a alteração promovida pela Lei Complementar n. 168/2023, passou a prever 23 (vinte três) vagas para o cargo, no entanto, mediante consulta no Portal da Transparência, constatou-se haver 24 (vinte quatro) pessoas nomeadas para a função, excedendo o previsto legalmente;

CONSIDERANDO a análise comparativa com outros municípios de número similar de habitantes, a qual espelhou o elevado número de cargos previstos para função de ASSESSOR PARLAMENTAR na Câmara Municipal de Bonito/MS, que inclusive ultrapassa o dobro do número de ocupantes de cargo eletivo;

CIDADE	VEREADORES	ASSESSOR PARLAMENTAR
<b>Bonito</b>	<b>11</b>	<b>23 (24 ocupantes)</b>
Costa Rica/MS	11	1
Chapadão do Sul/MS	9	0
Nova Alvorada do Sul/MS	12	12
Rio Verde de MS	11	0
Coxim	13	0

7 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



CONSIDERANDO que somente no ano de 2023, a Câmara Municipal de Bonito despendeu o valor de R\$ 422.234,40 a título de diárias pagas aos assessores parlamentares, boa parte para frequência em cursos de especialização;

CONSIDERANDO, assim, a necessidade de readequar a Lei Complementar Municipal n. 137/2018, com alterações promovidas pelas LCs n. 147/2019 e 168/2023, que dispõem acerca da Estrutura do Poder Legislativo de Bonito/MS, para fins de observância dos preceitos constitucionais, em especial os incisos II e V, art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atual disposição de ocupação e vacância dos cargos de provimento de caráter EFETIVO da Câmara Legislativa de Bonito, conforme a tabela a seguir:

NÍVEL FUNDAMENTAL		
	PREVISÃO LEGAL	VAGAS PREENCHIDAS
<b>COPEIRO</b>	02	0
<b>VIGILANTE</b>	03	03
<b>ZELADOR</b>	03	02

NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO		
	PREVISÃO LEGAL	VAGAS PREENCHIDAS
<b>ASSISTENTE DE INFORMATICA</b>	01	0
<b>AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO I</b>	02	0
<b>RECEPCIONISTA</b>	02	0
<b>SECRETÁRIO EXECUTIVO</b>	01	0

NÍVEL SUPERIOR		
	PREVISÃO LEGAL	VAGAS PREENCHIDAS
<b>ANALISTA DE CONTROLE INTERNO</b>	02	0
<b>ASSISTENTE JURÍDICO</b>	01	0
<b>CONTROLADOR INTERNO</b>	01	0
<b>CONTADOR</b>	01	01
<b>TÉCNICO LEGISLATIVO</b>	02	01

CONSIDERANDO, em conclusão, que atualmente somente as funções de zelador, vigilante, contador (1) e técnico legislativo (1) estão sendo ocupadas por servidores com provimento efetivo, com a concomitante vacância de 8 funções próprias de cargos da mesma natureza, sem qualquer provimento, agravando o cenário de desproporção entre o número de cargos comissionados e de cargos efetivos;

O Ministério Público Estadual, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Administração da Casa de Leis do Município de Bonito/MS aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDA à Câmara Municipal de Bonito/MS, na pessoa de seu Excelentíssimo Senhor Presidente, o Vereador André Luiz Ocampos Xavier:

a) Que adote as providências necessárias a fim de promover a adequação do quantitativo dos cargos comissionados atualmente existentes no Poder Legislativo Municipal, de modo a conformar o número desses servidores aos ditames constitucionais, especialmente prevendo percentual de cargos comissionados a ser distribuído necessariamente dentre servidores efetivos, em atenção ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal da República;

<sup>8</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.





b) Que cumpra a exigência constitucional do art. 37, inciso II, relativa ao requisito de aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos públicos cujas atribuições sejam incompatíveis com nomeações para exercícios de função em cargo em comissão, porque demandam alta carga de impessoalidade, a exemplo dos que exerçam a função de Controle Interno a qualquer título, no âmbito da Câmara Municipal de Bonito/MS, notadamente em virtude dos princípios da impessoalidade e moralidade da Administração Pública, que restam comprometido quando tal regra é violada;

c) Que na adequação do quadro de servidores, promova a conformação dos cargos efetivos e comissionados aos parâmetros constitucionais (art. 37, inciso V, CF), a fim de adotar a nomenclatura correta para cargos efetivos e em comissão, evitando, com isso, a criação ou provimento de cargos de natureza essencialmente efetiva a título comissionado, em desvio de finalidade, uma vez que isso configura ilegalidade, passível de controle nas esferas administrativa e judicial, em especial quanto aos cargos de SECRETÁRIA LEGISLATIVA e CONTROLADOR GERAL, ante o caráter burocrático e técnico das funções, não guardando relação com cargos de direção, chefia e assessoramento;

d) Promova a imediata adequação do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, no tocante ao número de vagas previstas, exonerando, imediatamente, o servidor contratado para vaga não prevista na Lei de Regência, tendo em vista haver 24 (vinte e quatro) contratados, frente a previsão legal de 23 (vinte e três) cargos, salvo comprovação de criação do cargo por meio de lei em data anterior ao da nomeação;

e) Que na adequação do quadro de servidores, atenda aos ditames fixados na tese 1010 do STF<sup>10</sup>, alcançada no julgamento do RE 1041210, Relator Ministro Dias Toffoli, no sentido de se respeitar o paradigma seguinte: "o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os institui", de modo a readequar e reduzir o número de cargos previstos para a função de ASSESSOR PARLAMENTAR (mais que o dobro de vereadores), observando a proporcionalidade e a necessidade que o cargo visa a atender, de forma compatível ao número de servidores ocupantes de cargos efetivos e de vereadores atendidos por esse assessoramento, na Câmara Municipal de Bonito/MS;

f) Que na adequação do quadro de servidores, promova a realização de concurso público em observância ao disposto no art. 37, II e V, da Constituição Federal, de modo a promover a investidura dos cargos vocacionados e já criados para provimento efetivo, se abstendo de investidura em comissão para esses mesmos cargos em desvio de finalidade;

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- A) ao Presidente da Câmara Legislativa de Bonito, com cópia a todos os vereadores de Bonito/MS;
- B) ao Prefeito Municipal de Bonito/MS.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007,<sup>11</sup> no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. Requisita ao Presidente da Câmara de Vereadores de Bonito que, no prazo de 30 (trinta) dias, responda por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação;
2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requer ao destinatário a divulgação de forma imediata e adequada da presente Recomendação.
3. Às providências para publicação no DOMP-MPMS.

<sup>9</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

<sup>10</sup> <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5171382&numeroProcesso=1041210&classeProcesso=RE&numeroTema=1010>

<sup>11</sup> Art. 45. Expedida a recomendação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre a sua adoção ou não.

**Parágrafo único.** Será requisitada ao destinatário da recomendação sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta por escrito.



Por fim, adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Bonito, ver assinatura digital.

ANA CAROLINA L. M. CASTRO  
Promotora de Justiça

#### CAARAPÓ

### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Cristiano Espindola da Costa, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0001335-34.2012.8.12.0031/08.2017.00228920-5, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Caarapó/MS, 20 de junho de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

#### CASSILÂNDIA

### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>12</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0002240-96.2021.8.12.0007e SAJMP nº 08.2021.00189672-6, em que constam como investigado(a/s) Heliomar Duarte Araujo ( <sup>13</sup>) e vítima(s) Sebastião Fernandes Barreto, conforme se transcreve: "Diante do exposto e com fulcro no artigo 395, inciso III, combinado com artigo 28, ambos do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de elementos mínimos para o oferecimento da ação penal (falta de justa causa para a promoção da ação penal), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos. Assim não entendendo este Juízo, requer-se o cumprimento do disposto no artigo 28, do Estatuto Adjetivo, em liame com o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República".

Cassilândia/MS, 21 de junho de 2024.

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça

<sup>12</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>13</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>14</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0000801-50.2021.8.12.0007e SAJMP nº 08.2021.00070755-0, em que constam como investigado(a/s) Alisson Gabriel Pereira ( <sup>15</sup>) e vítima(s) E. C. G. R., conforme se transcreve: "Diante do exposto e com fulcro no artigo 395, inciso III, combinado com artigo 28, ambos do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de elementos mínimos para o oferecimento da ação penal (falta de justa causa para a promoção da ação penal), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos. Assim não entendendo este Juízo, requer-se o cumprimento do disposto no artigo 28, do Estatuto Adjetivo, em liame com o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República. ".

Cassilândia/MS, 21 de junho de 2024.

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça

## CORUMBÁ

### EDITAL Nº 0031/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, CEP 79331-110, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000411-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária RB LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da queima de 30,203 hectares de leiras, bem como da supressão de 74,576 hectares de vegetação nativa, ambas ocorridas entre 18 de novembro de 2022 e 02 de junho de 2023, na Fazenda São João – CIACO, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012974/2023 e Laudo de Constatação n. 016529/2023.”

Corumbá/MS, 19 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

### EDITAL Nº 0033/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro - CEP: 79331-110, em Corumbá/MS - Telefone: (67) 3231-4664.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000430-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauricio Soriano Artilha Ferreira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 90,874 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Pantanal, na Fazenda Estrela, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. F7M1FXWI, Termo de Embargo n. 6RTGADF3 e Relatório de Fiscalização n. N1N56P7/IBAMA”.

Corumbá/MS, 21 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

<sup>14</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>15</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EDITAL N° 0035/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, CEP: 79331-110, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000442-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Maurício Vasquez Beltrão

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da destruição de 77,94 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação (Bioma Pantanal), na Fazenda Acurizal, Santa Zita, Agropan, Girassol I e II; em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 5YZM9XOB e Relatório de Fiscalização n. R6DL3ES/IBAMA.”

Corumbá/MS, 21 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0036/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, n. 1880, Centro, CEP 79331-110, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000460-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Manoel Francisco de Souza Martins Novais e outros.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 343,97 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Pantanal, na Fazenda Santo Expedito, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 53LQ6T09 e Termo de Embargo n. 01Q7H1A6 - IBAMA”.

Corumbá/MS, 21 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL N° 0036/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis N° 09.2024.00006735-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2024.00006735-0, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PGJ.

Deodápolis/MS, 21 de junho de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.



---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 0017/2024/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, CEP 79220-000, em Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000568-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olivo Lavratti

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal a corte raso de 1,540 hectares, integrante do Bioma Cerrado, na Fazenda Querências dos Ipês, em Nioaque/MS, conforme Auto de Infração n. 013501/2023 e Laudo de Constatação n. 017127/2023”.

Nioaque/MS, 21 de junho de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2020.00184867-4**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>16</sup>, de 24 de novembro de 2023, notifica CELSO DE SOUZA SILVA da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0005807-36.2020.8.12.0019, conforme se transcreve: "Por isso, entendendo que, por ora, falta justa causa para ação penal, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial, ressaltando, porém, o que dispõe o art. 18 do Código de Processo Penal".

21 de junho de 2024

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**EDITAL Nº 0021/2024/02PJ/RRP**

**Inquérito Civil nº 06.2023.00000236-2.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000236-2 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

Compromissário: **Perucca e Pugesi Administração de Bens Próprios Ltda**

---

<sup>16</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**Objeto:** A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil n.º 06.2023.00000236-2 para apurar a regularidade da supressão de 0,83 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, no interior do imóvel rural "*Fazenda Mãe Maria*", localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS. A Compromissária reconhece ser a proprietária do imóvel rural "*Fazenda Mãe Maria*", matrícula n.º 16.688, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, e, conseqüentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

**Obrigações:** 1) A Compromissária obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área do imóvel rural "*Fazenda Mãe Maria*", matrícula n.º 16.688, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare suprimido irregularmente. 2) A Compromissária assume a obrigação de isolar a área de Reserva Legal, incluindo os 0,83 hectares, prevenindo os fatores de degradação e supressão, ou seja, presença de semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento, realizando aceiro, controle de processos erosivos e abstendo-se da execução de supressão vegetal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo, com o fito de garantir a continuidade da regeneração natural da área. A Compromissária reconhece que a implementação no imóvel rural dos trabalhos de campo referidos nesta Cláusula é obrigação de resultado de sua exclusiva responsabilidade. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafos importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso e obrigação inadimplida. 3) A Compromissária obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)<sup>17</sup>, à vista, com pagamento para 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (*Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87*), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Ribas do Rio Pardo/MS, 14 de junho de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

## RIO NEGRO

### EDITAL Nº 0030/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00006318-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Alves Correa.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil 06.2022.00001136-8, celebrado entre o Ministério Público e o requerido.

Rio Negro, MS, 21 de junho de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO  
Promotor de Justiça

<sup>17</sup> Valor obtido da multiplicação de 0,83 hectares em área de Reserva Legal por R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 51 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 51. *Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração.*)